

Marcelo Marques Cabral

***RESPONSABILIDADE
CIVIL POR ACIDENTE
DE CONSUMO***

***A Proteção do Consumidor e o
Direito à Reparação por Danos***

Curitiba
Juruá Editora
2016

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5544-6

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Cabral, Marcelo Marques.

C117 Responsabilidade civil por acidente de consumo: a
proteção do consumidor e o direito à reparação por da-
nos./ Marcelo Marques Cabral./ Curitiba: Juruá, 2016.
318p.

1. Direito do consumidor. 2. Responsabilidade civil.
3. Consumidor – Proteção. I. Título.

CDD 346.07 (22.ed.)
CDU 347.7

000018

SUMÁRIO

Capítulo 1 – PERSPECTIVAS PARA A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO E DO DIREITO DO CONSUMIDOR	27
1.1 Consequências de um Novo Constitucionalismo.....	30
1.2 A Dignidade da Pessoa Humana Como Regra-Base da Consolidação da Tutela das Figuras Vulneráveis nas Relações Jurídicas de Consumo	35
Capítulo 2 – DA ATIVIDADE ECONÔMICA E A ATUAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR COMO LIMITAÇÃO ESTATAL E COMO REGRA DE JUSTIÇA SOCIAL	39
Capítulo 3 – O CDC E O CONSUMIDOR.....	45
3.1 Princípio da Vulnerabilidade do Consumidor	52
3.2 Princípio da Hipossuficiência.....	60
3.3 Princípio da Boa-Fé Objetiva	62
3.3.1 A solidariedade social como fonte do princípio da boa-fé objetiva.....	63
3.3.2 A boa-fé objetiva e a tutela da confiança	65
3.3.3 A tridimensionalidade da boa-fé objetiva.....	69
3.3.3.1 A dimensão interpretativo-integrativa do negócio jurídico.....	70
3.3.3.2 A dimensão limitadora de direitos, interesses e faculdades jurídicas	73
3.3.3.3 A dimensão de norma definidora de deveres jurídicos de conduta.....	77
3.4 Princípios Ínsitos à Boa-Fé Objetiva (Transparência e Informação)	80
3.5 Princípio da Segurança.....	80
3.6 Princípio do Equilíbrio Econômico ou Material.....	82
3.7 Princípio da Reparação Integral	85
3.8 Princípio do Acesso à Justiça	88

3.9	Princípio do Risco	90
3.10	Princípio do Diálogo Normativo-Sistemático.....	91
3.11	Princípio do Dever Governamental	92
Capítulo 4 –	O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE O CDC E O CC –	
	INTERPRETAÇÃO, INTERAÇÃO E INTERCESSÃO	
	NO ORDENAMENTO PROTETIVO DO CONSUMI-	
	DOR	93
4.1	A Interpretação e a Criação do Direito Protetivo dos Vulneráveis –	
	Mudanças de Paradigmas do Direito Privado.....	95
4.2	O Direito Privado do Consumidor	98
4.3	O Que é Interpretação e Para Que Se Destina o Processo Interpre-	
	tativo?	100
4.4	O Diálogo das Fontes	103
Capítulo 5 –	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RELAÇÃO DE	
	CONSUMO.....	111
5.1	O Fornecedor	112
5.2	O Consumidor	116
5.3	Os Elementos Objetivos da Relação de Consumo: O Bem de Con-	
	sumo	134
Capítulo 6 –	DIREITO DE DANOS: NECESSIDADE DE UMA MU-	
	DANÇA VERNACULAR E DE POSTURA INTERPRE-	
	TATIVA	137
Capítulo 7 –	DA RESPONSABILIDADE CIVIL – ASPECTOS GE-	
	RAIS.....	145
7.1	Os Pressupostos do Dever de Reparar	146
7.1.1	Conduta voluntária	148
7.1.2	O dano	150
7.1.3	O nexo causal	156
	7.1.3.1 Teorias acerca da causalidade.....	159
	7.1.3.2 A problemática da concorrência de causas para	
	o dano	162
7.1.4	A imputação do dever de reparar pelo ordenamento jurí-	
	dico	164
7.2	Da Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual	165
7.3	Da Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva – Evolução Para o	
	“Direito de Danos”.....	168

7.4	Perspectivas Para a Objetivação da Responsabilidade Civil – Um Caminho Ainda a Trilhar-se em Busca do Verdadeiro Direito de Danos.....	171
7.5	A Cláusula Genérica de Responsabilidade Pelo Risco no Direito Brasileiro	181
7.5.1	Elementos do tecido normativo da cláusula genérica de responsabilidade objetiva	182
7.5.2	Modalidades de risco e a espécie envolvida na cláusula genérica do direito brasileiro	187
7.5.2.1	Risco criado.....	187
7.5.2.2	Risco proveito	189
7.5.2.3	Risco profissional.....	190
7.5.2.4	Risco excepcional.....	191
7.5.2.5	Risco integral.....	192
7.5.2.6	Risco administrativo.....	193
7.5.2.7	Risco dependência.....	194
Capítulo 8 –	A SISTEMÁTICA DO DIREITO DE DANOS SOB A ÓTICA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NACIONAL – GENERALIDADES	195
8.1	Evolução da Proteção do Consumidor Contra os Acidentes de Consumo no Direito Alienígena.....	202
8.2	Generalidades Sobre a Diretiva 85/374 da CEE.....	213
8.3	A Proteção do Consumidor no Brasil Antes da Vigência do Código de Defesa do Consumidor	216
Capítulo 9 –	O SISTEMA DE REONSABILIDADE CIVIL NO CDC – A REONSABILIDADE PELO VÍCIO E O DIREITO DE DANOS POR ACIDENTES DE CONSUMO – A CONTROVERTIDA QUESTÃO DAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL E OS RISCOS DO DESENVOLVIMENTO	221
9.1	Da Responsabilidade Civil Pelo Vício do Produto e do Serviço.	223
9.2	Da Responsabilidade Civil Pelo Fato do Produto e do Serviço – O Direito de Danos e os Acidentes de Consumo Sob a Ótica do CDC – A Noção de Defeito.....	226
Capítulo 10 –	AS EXCLUDENTES DO NEXO CAUSAL E A QUESTÃO DOS RISCOS DO DESENVOLVIMENTO.....	235

Capítulo 11 – O DIREITO DE DANOS E A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INDÚSTRIAS PELOS EVENTOS DANOSOS DECORRENTES DO TABAGISMO	251
Capítulo 12 – O DIREITO DE DANOS E A DEFESA DO CONSUMIDOR COM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS ILÍCITOS DE INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS BANCOS DE DADOS DE INADIMPLENTES DO COMÉRCIO E DE CORTE INDEVIDO NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS – A QUESTÃO DA CONFIGURAÇÃO DOS CASOS DE ABUSO DE DIREITO E DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE A EMPRESA FORNECEDORA E A EMPRESA ARQUIVISTA	275
12.1 Casos de Exercício Jurídico Inadmissível e a Delimitação Determinada Pelo Art. 187 do Código Civil Brasileiro.....	278
12.1.2 Elementos delineadores da figura do abuso de direito	280
12.1.2.1 Fins econômicos e sociais do direito	280
12.1.2.2 Bons costumes.....	281
12.1.2.3 A boa-fé objetiva.....	282
12.2 Os Limites Impostos ao Exercício Jurídico de Negativação do Nome do Consumidor nos Cadastros de Proteção ao Crédito e de Corte no Fornecimento de Serviços Públicos Essenciais.....	283
12.3 A Solidariedade Entre as Empresas Fornecedoras dos Dados dos Consumidores Supostamente Inadimplentes e as Empresas Arquivistas Pela Reparação dos Danos Decorrentes dos Registros Ilícitos nos Órgãos de Proteção ao Crédito.....	285
REFERÊNCIAS	291
ÍNDICE ALFABÉTICO	301